Aralco Figueira S.A. (antiga Figueira Indústria e Comércio S.A.)

Demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **3**

Balanços patrimoniais **6**

Demonstrações de resultados **7**

Demonstrações de resultados abrangentes **8**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **9**

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto **10**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **11**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas da
ARALCO FIGUEIRA S.A. (ANTIGA FIGUEIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aralco Figueira S.A. (antiga Figueira Indústria e Comércio S.A.) ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aralco Figueira S.A. (antiga Figueira Indústria e Comércio S.A.), em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, conforme os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as respectivas normas brasileiras e internacionais, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante quanto a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou

incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de junho de 2026.

PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0

Giacomo Walter Luiz de Paula
CRC1SP243.045/O-0
Contador

Johnatan Henrique dos Santos
CRC1SP295.723/O-0
Contador

Aralco Figueira S.A. (antiga Figueira Indústria e Comércio S.A.)

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa	**8**	152.758	210.100
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	**9**	89.654	21.570
Estoques e adiantamento a fornecedores	**10**	58.076	108.413
Ativos biológicos	**11**	57.675	9.578
Impostos a recuperar	**12**	43.374	44.568
Despesas antecipadas		60	169
Outros créditos	**13**	10	342
Total do ativo circulante		**401.607**	**394.740**
Estoques e adiantamento a fornecedores	**10**	17.384	17.384
Partes relacionadas	**14**	58.839	700.292
Depósitos judiciais	**22**	3.370	2.647
Impostos a recuperar	**12**	687	649
Outros créditos	**13**	2.377	2.977
Total do realizável a longo prazo		**82.657**	**723.949**
Investimentos	**15**	113.604	111.238
Outros investimentos		2	2
Imobilizado	**16**	332.496	257.227
Intangível		140	135
Direito de uso	**17**	190.068	228.794
Total do ativo não circulante		**718.967**	**1.321.345**
Total do ativo		**1.120.574**	**1.716.085**

Passivo	Nota	2026	2025
Fornecedores	**18**	69.853	149.552
Arrendamentos	**17**	44.006	42.440
Adiantamento de clientes	**23**	926	81.441
Impostos e contribuições a recolher	**19**	13.228	93.009
Impostos parcelados	**20**	20.472	26.244
Salários e encargos sociais	**21**	49.779	37.695
Partes relacionadas	**14**	1.185	12.260
Credores Recuperação Judicial	**33**	1.583	6.939
Outras obrigações		1.280	59
Total do passivo circulante		**202.312**	**449.639**
Fornecedores	**18**	1.800	3.600
Arrendamentos	**17**	153.686	188.061
Impostos parcelados	**20**	31.335	49.944
Provisão para processos judiciais	**22**	89.687	12.796
Passivo fiscal diferido	**24**	735	1.062
Credores Recuperação Judicial	**33**	29.967	27.895
Créditos RJ - Conversíveis em capital	**33**	39.155	42.390
Partes relacionadas	**14**	90.594	812.859
Outras obrigações		592	632
Total do passivo não circulante		**437.551**	**1.139.239**
Patrimônio líquido	**25**		
Capital social		373.931	51.931
Reserva legal		4.091	2.175
Reserva de incentivos fiscais		29.059	29.059
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.088)	2.721
Reserva de lucros a realizar		77.718	41.321
Total do patrimônio líquido		**480.711**	**127.207**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.120.574**	**1.716.085**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aralco Figueira S.A. (antiga Figueira Indústria e Comércio S.A.)

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	2026	2025
Receita operacional liquida	**27**	1.067.318	243.923
Mudança no valor justo do ativo biológico	**11**	(11.196)	(14.711)
Custo dos produtos vendidos	**28**	(845.976)	(130.073)
Lucro bruto		**210.146**	**99.139**
Despesas com vendas	**28**	(90.813)	(3.883)
Administrativas e gerais	**28**	(44.813)	(20.365)
Outras (despesas) receitas operacionais	**29**	(13.880)	15.317
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas, equivalência patrimonial e impostos		**60.640**	**90.208**
Receitas financeiras		21.524	19.251
Despesas financeiras		(45.634)	(36.374)
Variação cambial líquida		35	(1.165)
Financeiras líquidas	**30**	**(24.075)**	**(18.288)**
Resultado da equivalência patrimonial	**15**	8.491	4.351
Resultado antes dos impostos		**45.056**	**76.271**
Imposto de renda e contribuição social correntes	**24**	(7.754)	(14.227)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**24**	327	3.748
Lucro líquido do exercício		**37.629**	**65.792**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aralco Figueira S.A. (antiga Figueira Indústria e Comércio S.A.)

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	37.629	65.792
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	37.629	65.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aralco Figueira S.A. (antiga Figueira Indústria e Comércio S.A.)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros a realizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2024		**51.931**	**-**	**3.406**	**-**	**(22.981)**	**61.415**
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado próprio	**25.b**	-	-	(685)	-	685	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	65.792	65.792
Destinações do lucro do exercício:							-
Reserva legal	**25.d**	-	2.175	-	-	(2.175)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	41.321	(41.321)	-
Saldos em 31 de março de 2025		**51.931**	**2.175**	**2.721**	**41.321**	**-**	**127.207**
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado próprio	**25.b**	-	-	(684)	-	684	-
Aumento de capital	**25.a**	322.000	-	-	-	-	322.000
Transações entre acionistas	**25.b**	-	-	(6.125)	-	-	(6.125)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	37.629	37.629
Destinações do lucro do exercício:							
Reserva legal	**25.d**	-	1.916	-	-	(1.916)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	36.397	(36.397)	-
Saldos em 31 de março de 2026		**373.931**	**4.091**	**(4.088)**	**77.718**	**-**	**480.711**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aralco Figueira S.A. (antiga Figueira Indústria e Comércio S.A.)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	2026	2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		31.504	65.792
Ajustado para:			
Depreciação do imobilizado	**16**	52.708	62.967
Amortização do ativo biológico	**11**	9.240	54.249
Amortização do direito de uso	**17**	50.129	12.126
Amortização do intangível		-	13
Mudança no valor justo de ativos biológicos	**11**	11.196	14.711
Amortização do gastos entressafra	**16**	104.297	69.957
Valor residual de ativo imobilizado baixado/vendido		722	51
Resultado de equivalência patrimonial	**15**	(8.491)	(4.351)
Resultado de variação cambial líquida	**30**	(35)	1.165
Juros e variação monetária sobre recuperação judicial	**33**	1.284	1.515
Provisão perdas esperadas de crédito	**9**	(5)	(5)
Provisão para demandas judiciais	**28**	2.643	(4.823)
Juros sobre arrendamentos	**17**	32.260	6.031
Benefício decorrentes de parcelamentos	**29**	-	(21.927)
Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes	**24**	7.427	10.479
		294.879	267.950
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento) ou diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(68.079)	6.937
Impostos a recuperar		1.156	(8.344)
Estoques e adiantamento a fornecedores		50.337	24.401
Despesas antecipadas		109	(78)
Depósitos judiciais e outros créditos		209	409
Partes relacionadas		236.238	(127.348)
Aumento ou (diminuição) dos passivos			
Fornecedores		(81.499)	49.441
Salários e encargos sociais		12.084	17.923
Impostos e contribuições a recolher		(13.287)	20.939
Aumento em adiantamento de clientes		(80.574)	(4.437)
Impostos parcelados		(24.381)	(11.683)
Outras obrigações		1.570	1.374
Juros pagos - arrendamento	**17**	(32.098)	(7.112)
Juros pagos - recuperação judicial	**33**	-	(1.298)
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais		296.664	229.074
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	**16**	(232.997)	(131.396)
Aquisição de intangível		(5)	-
Ativo biológico	**11**	(68.533)	(9.240)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(301.535)	(140.636)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de arrendamentos	**17**	(44.761)	(11.785)
Amortização de credores recuperação judicial	**33**	(7.710)	(11.971)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(52.471)	(23.756)
(Diminuição) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(57.342)	64.682
Demonstração do aumento do caixa e equivalente de caixa			
No início do exercício		210.100	145.418
No fim do exercício		152.758	210.100
(Diminuição) Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(57.342)	64.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

Aralco Figueira S.A.

A Companhia tem como objetivo a industrialização de cana-de-açúcar para a fabricação de açúcar e sua comercialização no país e no exterior.

A partir de 1 de julho de 2014, com a aquisição da totalidade das lavouras de cana-de-açúcar do Grupo Aralco, a Companhia Aralco Figueira S.A passou sua atividade para agroindústria.

Em julho de 2025, a empresa alterou sua denominação social de Figueira Indústria e Comércio S.A. para Aralco Figuiera S/A, conforme registrado na Junta Comercial sob o NIRE 35300335155 e publicado em diário oficial.

A alteração teve caráter exclusivamente formal, não representando mudança em sua estrutura societária, composição do capital social, objeto social ou práticas contábeis adotadas.
Para fins de comparabilidade e clareza na leitura das demonstrações financeiras, todas as informações históricas apresentadas referem-se à mesma entidade, independentemente da alteração de nome.

Em 31 de maio de 2016, a Aralco Figueira S.A. obteve cessão de uso (comodato) dos parques industriais da Nova Aralco Indústria e Comércio S.A., dando continuidade às operações de sua matriz e também das filiais Aralco Figueira-Generalco e Aralco Figueira-Alcoazul, que atualmente produzem e comercializam açúcar, etanol e outros produtos afins para o país e o exterior.

Na safra do período de 2025/26, o Grupo está focado na comercialização de açúcar. Em virtude dos preços atuais desta *commodity*, atualmente estão sendo fixados preços satisfatórios dentro da média de mercado.

Durante o exercício de 31 de março de 2026, o Grupo Aralco teve Receita operacional líquida de R$ 1.067.318 (R$ 1.054.247 em 31 de março de 2025), substancialmente centralizados na Controlada Aralco Generalco S.A. e, durante o exercício de 31 de março de 2026, na Aralco Figueira S.A.

Encerramento da Recuperação Judicial

Considerando a comprovação do cumprimento de todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado, e a continuidade dos negócios, em 23 de fevereiro de 2023, o Grupo Aralco apresentou pedido requerendo o encerramento da recuperação judicial, obtendo parecer favorável do Ministério Público e Administrador Judicial. A sentença de encerramento da recuperação judicial foi proferida em 1 de dezembro de 2023, e a certificação do trânsito em julgado em 15 de agosto de 2024.

Atualmente a Companhia e suas controladas mantêm apenas os valores passivos registrados na rubrica “Credores de Recuperação Judicial”, que serão liquidados conforme seus respectivos

vencimentos até o ano de 2043, tais saldos encontram-se aderentes a parâmetros sustentáveis de geração de caixa do Grupo, preservando a saúde financeira e a continuidade das operações. Tendo também registrado saldo na rubrica "Créditos RJ - Conversíveis em Capital", este por sua vez trata de passivo de que não haverá saída de caixa, dos Valores Não Habilitados e dos saldos cedidos aos Intervenientes Garantes, que converterão em participação societária de quaisquer das sociedades que compõem a Companhia e suas controladas, à medida que a parcela do credor de recuperação judicial é liquidada.

Reforma Tributária Brasileira

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e 227/26. O novo modelo substituirá gradualmente ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS pelos tributos IBS, CBS e IS.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando forem divulgadas as alíquotas efetivas e a entrada em vigor dos tributos. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Aralco de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é apresentado separadamente, considerando que as demonstrações financeiras consolidadas da Aralco Aracanguá S.A. refletem a posição financeira e patrimonial do Grupo Econômico Aralco. A apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas na controladora Aralco Aracanguá S.A. atende aos requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 36 – Demonstrações consolidadas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de junho de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis do Grupo estão apresentados na nota explicativa 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhares, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 31 – Instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de março de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 9 – Provisão para perda de crédito esperada (contas a receber de clientes e outras contas a receber);
Nota explicativa 11 – Ativo biológico;
Nota explicativa 16 – Vida útil do ativo imobilizado e teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
Nota explicativa 17 – Reconhecimento de direito de uso e passivo de arrendamento com base em dados observáveis de mercado;
Nota explicativa 22 – Provisão para processos judiciais; e
Nota explicativa 24 – Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Mensuração sobre o valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).
Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 11 – Ativos biológicos; e
Nota explicativa 31 – Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

(i) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

b. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

c. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que refletem as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os impostos correntes ativos e passivos são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira pela qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Ativo biológico

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo.

e. Estoques

Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas, nos quais os estoques são avaliados.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui custos de empréstimos capitalizados, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para os CPCs, foi determinado com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) do imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil estimada – em anos
Edifícios e construções	29
Móveis e utensílios	10
Veículos e implementos rodoviários	10
Máquinas e implementos agrícolas	14
Máquinas, equipamentos e instalações	14
Computadores e periféricos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Ativo intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

h. Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio
A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e os objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros
Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do

dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos de principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (o que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos, ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre esse ativo.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. Redução do valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos
Ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço patrimonial para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidências objetivas de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluem:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou Unidades Geradoras de Caixa – UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs) e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k. Receita operacional

Venda de produtos

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Vendas de açúcar no mercado externo

As vendas de açúcar no mercado externo são realizadas utilizando a *incoterm FOB – Free on Board*, que é quando o vendedor tem a responsabilidade de entregar a mercadoria até o navio indicado pelo comprador, assumindo assim os riscos e custos até o navio.

A receita proveniente desta venda é reconhecida pela Companhia no momento da entrega da mercadoria no navio indicado pelo comprador, que é o momento da transferência de propriedade.

Venda de etanol no mercado interno

A Companhia realiza vendas de etanol no mercado interno utilizando a *incoterm EXW – Ex Works*, que é quando o comprador retira a mercadoria nas dependências do vendedor. Assim, o vendedor não assume os riscos e custos relativos ao transporte.
O reconhecimento das receitas é realizado no momento da emissão da nota fiscal de venda, que é o do carregamento e da saída do caminhão nas dependências da Companhia, momento de transferência de propriedade para o comprador.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber).

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

m. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficiente para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo, ajustado para a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

n. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzido dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte.

A cana-de-açúcar é mensurada a valor justo de acordo com o método de fluxo de caixa descontado. O período de colheita inicia-se no mês de abril de cada ano e termina, em geral, no

mês de outubro do mesmo ano.

Parte da produção do ativo biológico é produzida em terras próprias, as quais são contabilizadas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade CPC 27 - Imobilizado.

o. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação nesse contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento, e contabiliza como um único componente os de arrendamento e não arrendamento.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo deste refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação sobre se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão, ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento e passivos de arrendamento em rubricas específicas no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor
A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento fosse equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é uma arrendador intermediário, contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal, e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é de curto prazo, que a Companhia, como arrendatária, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, o subarrendamento é classificado como operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

(iii) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Para uma série de políticas contábeis e divulgações, a Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia usa técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo, ajustado para a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas emitidas e ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

a) IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 introduz novos requisitos para a apresentação do desempenho financeiro, com foco na melhoria da comparabilidade e da transparência das informações divulgadas, incluindo a definição de subtotais padronizados e maior detalhamento sobre medidas de desempenho definidas pela administração.

b) IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A IFRS 19 estabelece um conjunto reduzido de exigências de divulgação aplicável a subsidiárias que não possuam responsabilidade pública, desde que a controladora elabore demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS, visando simplificar as divulgações sem comprometer a qualidade da informação.

c) Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e à IFRS 7 / CPC 40 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações tratam, principalmente, de aspectos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros, bem como de aprimoramentos nos requisitos de divulgação, com o objetivo de esclarecer e alinhar a aplicação prática das normas.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, conforme aplicável, quando de sua entrada em vigor.

d) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2026	2025
Circulante		
Caixa e depósitos bancários	124	34.795
Aplicações financeiras	152.634	175.305
	152.758	**210.100**

O saldo de caixa e bancos compreende depósitos para uso imediato. Os saldos derivam do curso normal das operações da Companhia. A exposição do Grupo a riscos de crédito e análise de sensibilidade de juros estão apresentados na nota explicativa 31.

9 Contas a receber de clientes e outras contas a receber

	2026	2025
Contas a receber – mercado interno	7.690	21.688
Contas a receber – mercado externo	82.082	-
Provisão para perda de crédito esperada	(118)	(118)
	89.654	**21.570**

O aumento do saldo de contas a receber de clientes do mercado externo decorre, principalmente, do maior volume de vendas realizadas nos períodos mais recentes, especialmente em operações de exportação cujos embarques ocorreram próximos à data-base das demonstrações financeiras e cujos respectivos recebimentos permaneciam pendentes. Dessa forma, o crescimento da carteira reflete a expansão das operações no mercado externo e o ciclo normal de realização financeira inerente às transações internacionais.

A exposição da Companhia a risco de crédito está apresentada na nota explicativa 31.

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.

A Companhia possui registrada provisão para perda de crédito esperada, como segue:

O aumento do saldo de contas a receber de clientes do mercado externo decorre, principalmente, do maior volume de vendas realizadas nos últimos períodos de embarque, cujos prazos de recebimento permaneciam em aberto na data-base das demonstrações financeiras. Dessa forma, o crescimento da carteira reflete a evolução das operações de exportação e o respectivo ciclo financeiro das transações internacionais.

Saldo em 31 de março de 2024	**113**
Provisões constituídas	5
Provisões utilizadas	-
Provisões revertidas	-
Saldo em 31 de março de 2025	**118**
Provisões constituídas	5
Provisões utilizadas	(5)
Provisões revertidas	-
Saldo em 31 de março de 2026	**118**

10 Estoques e adiantamento a fornecedores

	2026	2025
Circulante		
Produtos acabados:		
Etanol	1.597	34.514
Materiais secundários e outros:		
Insumos, materiais auxiliares de manutenção e outros	5.985	5.692
Adiantamentos:		
Compras de cana-de-açúcar	46.346	59.160
Compras de insumos	4.147	9.046
	58.076	108.413
Não circulante		
Adiantamentos – Compras de cana-de-açúcar	17.384	17.384
	75.460	**125.797**

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem o valor de realização.

Os adiantamentos a fornecedores de cana referem-se a valores adiantados para futuro fornecimento de cana de contratos de parceria.

11 Ativo biológico

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo Biológico, atendendo, assim, aos dispostos estabelecidos no Pronunciamento Técnico, e os seus ativos biológicos ("cana-de-açúcar") passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

a. Cana-de-açúcar

(i) Principais premissas utilizadas para atribuição do valor justo aos ativos biológicos

Com base no CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo, em que a lavoura de cana-de-açúcar é valorizada por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda de ativo menos os impostos e custos necessários para colocação do produto em consumo ou venda. As metodologias utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos correspondem à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade da lavoura de cana-de-açúcar.

(ii) Apresentação

A seguir, estão demonstradas as movimentações dos ativos biológicos da Companhia:

Saldo em 31 de março de 2024	**69.298**
Adições com tratos de cana	9.240
Absorção dos custos de cana colheita	(54.249)
Variação no valor justo (Nota 28)	(14.711)
Saldo em 31 de março de 2025	**9.578**
Adições com tratos de cana	68.533
Absorção dos custos de cana colheita	(9.420)
Variação no valor justo (Nota 28)	(11.196)
Saldo em 31 de março de 2026	**57.675**

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras, aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

Soqueiras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar.

	2026	**2025**
Áreas replantadas (hectares)	8.309,79	2.250,68
Custo do replantio (R$/hectares)	13.563,57	13.298,76

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2026	**2025**
Área estimada de colheita (hectares)	22.827	23.444
Produtividade prevista (toneladas de cana / hectare)	76.82	68,37
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg/t)	139.25	139,90
Valor do kg de ATR - R$	1.0596	1,2466
WACC	8,89%	8,88%

O ativo biológico cana-de-açúcar possui sua realização na safra 2026/2027.

A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico, atualizando-as caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente.

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia está sujeita às leis e aos regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam ao cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, a Companhia faz a gestão destes riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e para assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outras

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. A Companhia tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares da situação da lavoura de cana-de-açúcar.

12 Impostos a recuperar

	2026	2025
ICMS		
ICMS sobre insumos e outros (ii)	1.599	1.513
ICMS sobre ativo imobilizado (i)	1.021	770
	2.619	**2.282**
IRRF a compensar	4.920	2.398
COFINS	29.833	34.461
PIS	6.155	5.042
IPI	473	472
Outros	60	562
	41.442	**42.934**
	44.061	**45.217**
Ativo circulante	43.374	44.568
Ativo não circulante	687	649

(i) Refere-se a créditos sobre aquisição de ativo imobilizado que podem ser utilizados à razão de 1/48 avos.
(ii) Refere-se a créditos decorrentes da aquisição de insumos, material de embalagem, material intermediário, combustível e outros.

13 Outros créditos

	2026	2025
Circulante:		
Adiantamentos a empregados	10	342
Não circulante:		
Precatórios (i)	2.377	2.977
	2.387	**3.319**

(i) O saldo refere-se a precatórios estaduais adquiridos para compensação de impostos.

14 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal-chave da Administração:

O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita bienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foram de R$ 0 (R$ 293 em 31 de março de 2025). A Companhia não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

b. Outras contas a receber e outras contas a pagar

Os principais saldos em 31 de março de 2026 e 2025 referem-se basicamente a:

	2026	2025
Ativo não circulante		
Aralco Aracanguá S.A.	58.660	-
Aralco Alcoazul S.A.	137	146.773
AR Transportes Ltda.	13	13
Verde Azul Adm.de recursos	-	700
Araçatuba Logística Ltda.	29	23
Aralco Generalco S.A.	-	552.783
	58.839	**700.292**

	2026	2025
Passivo circulante		
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	42	1.413
Aralco Generalco S.A.	1.143	2.699
Aralco Aracanguá S.A.	-	8.148
	1.185	**12.260**

	2026	2025
Passivo não circulante		
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	3.640	237.203
Aralco Aracanguá S.A.	-	558.195
Aralco Alcoazul S.A.	-	162
Aralco Generalco S.A.	86.955	11.574
Aracanguá Sociedade de Participações Ltda.	-	5.726
	90.594	**812.859**

Referem-se à conta corrente, cujo objetivo é transacionar um caixa único, visto que as empresas aportaram seus ativos nas demais empresas do Grupo em decorrência da condição do plano de Recuperação Judicial.

A realização dos saldos entre as partes ocorrerá por meio de sinergias das operações, seja por produtos ou prestação de serviços.

A redução significativa dos saldos com partes relacionadas observada no exercício resultou da liquidação e na conversão de valores com partes relacionadas em capital social, fortalecendo a estrutura patrimonial da Companhia e reduzindo obrigações para as quais não haverá saída de caixa.

Em 31 de março de 2026 e 2025, as principais transações com partes relacionadas que impactaram o resultado foram:

Receitas	**2026**	**2025**
Despesas		
Compra de óleo diesel		
Aralco Aracanguá S.A.	84.206	67.082
	84.206	**67.082**

15 Investimentos

	2026	2025
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial		
Aralco Generalco S.A.	12.396	9.525
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	101.208	101.713
	113.604	**111.238**

A Companhia registrou um ganho, no exercício findo em 31 de março de 2026, de R$ 8.491 (ganho de R$ 4.351 em 31 de março de 2025) de equivalência patrimonial.

Nenhuma das empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em Bolsa de Valores.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas do Grupo:

	Participação - %	Quantidade de ações / quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Investimento (Provisão para perda de investimento)	(*) Aquisição de participação	Equivalência patrimonial
Em 31 de março de 2026															
Aralco Generalco S.A.	14,02	315.510.750	232.380	446.067	678.447	431.806	96.951	528.758	149.689	213.012	(146.847)	66.165	12.396	(6.125)	8.996
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	30,85	10.784.036.715	8.787	321.029	329.816	643	1.120	1.763	328.053	10	(1.645)	(1.636)	101.208	-	(505)
														(3.157)	**8.491**
Em 31 de março de 2025															
Aralco Generalco S.A.	14,02	315.510.750	484.794	765.201	1.249.995	514.278	667.793	1.182.071	67.924	823.379	(783.539)	39.840	9.525	-	5.587
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	30,85	10.784.036.715	8.574	433.861	442.435	742	112.004	112.746	329.689	-	(4.004)	(4.004)	101.713	-	(1.235)
														-	**4.351**

(*) O resultado de equivalência patrimonial reconhecido no exercício reflete a participação da companhia nos resultados das sociedades investidas, calculada de acordo com o percentual de participação detido, frente ao resultado do exercício. Com aporte de capital ocorrido em investida, resultou em diluição de participação societária, resultando em ganho de participações, que em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis não transita em resultado, conforme nota explicativa 25.c.

16 Imobilizado

Custo	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Veículos e implementos rodoviários	Máquinas, equipamentos e instalações (*)	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor	Lavouras de cana-de-açúcar	Total
Saldo em 31 de março de 2024	**5.828**	**461**	**9.016**	**123.015**	**4.688**	**99.442**	**20**	**159.873**	**402.343**
Adições	-	104	-	96.378	153	34.761	-	-	131.396
Baixas	-	-	(843)	(70.107)	-	-	-	-	(70.950)
Transferências	-	-	-	-	-	(80.441)	-	80.441	-
Saldo em 31 de março de 2025	**5.828**	**565**	**8.173**	**149.286**	**4.841**	**53.762**	**20**	**240.314**	**462.789**
Adições	-	89	257	117.392	499	114.760	-	-	232.997
Baixas	-	-	(2.127)	(104.300)	-	(657)	(20)	(68.533)	(175.638)
Transferências	-	-	-	18.251	-	(18.251)	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2026	**5.828**	**654**	**6.302**	**180.629**	**5.340**	**149.613**	**-**	**171.781**	**520.148**
Depreciação									
Saldo em 31 de março de 2024	**(1.073)**	**(139)**	**(8.663)**	**(25.128)**	**(3.974)**	**-**	**-**	**(104.560)**	**(143.537)**
Depreciação do exercício	(233)	(51)	(107)	(7.712)	(237)	-	-	(54.627)	(62.967)
Baixas	-	-	843	99	-	-	-	-	942
Saldo em 31 de março de 2025	**(1.306)**	**(190)**	**(7.927)**	**(32.741)**	**(4.211)**	**-**	**-**	**(159.187)**	**(205.562)**
Depreciação do exercício	(233)	(63)	(53)	(11.199)	(254)	-	-	(40.907)	(52.708)
Baixas	-	-	2.085	1	-	-	-	68.533	70.619
Saldo em 31 de março de 2026	**(1.539)**	**(253)**	**(5.895)**	**(43.939)**	**(4.465)**	**-**	**-**	**(131.561)**	**(187.652)**
Valor líquido contábil									
Em 31 de março de 2026	4.289	401	408	136.690	875	149.613	-	40.220	332.496
Em 31 de março de 2025	4.522	375	246	116.545	630	53.762	20	81.127	257.227

(*) Os gastos com manutenção de entressafra são aqueles incorridos na manutenção de equipamentos industriais e agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção da safra seguinte.

17 Direito de uso e arrendamentos

A Companhia adotou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos a partir de 1 de abril de 2019, *vide* Nota Explicativa 6 – Principais políticas contábeis, rubrica m. Arrendamentos.

A seguir, estão demonstradas as movimentações dos ativos de direito de uso:

	Direto de uso de terras
Saldo em 31 de março de 2024	**-**
Adições de contratos	241.750
Remensuração dos contratos	3.471
Bens baixados	(4.301)
Depreciação	(12.126)
Saldo em 31 de março de 2025	**228.794**
Adições de contratos (i)	57.288
Remensuração dos contratos	(13.927)
Bens baixados	(31.956)
Depreciação	(50.129)
Saldo em 31 de março de 2026	**190.068**

A seguir estão demonstradas as movimentações dos passivos de arrendamento:

	Parcerias e arrendamentos agrícolas
Saldo em 31 de março de 2024	**-**
Adições de contratos	241.750
Remensuração dos contratos	3.471
Pagamentos	(11.785)
Juros pagos	(7.112)
Remensuração dos juros	1.420
Baixa	(3.273)
Apropriação de Juros	6.031
Saldo em 31 de março de 2025	**230.501**
Adições de contratos (i)	57.287
Remensuração dos contratos	(13.927)
Pagamentos	(44.761)
Juros pagos	(32.098)
Remensuração dos juros	8.428
Baixa	(39.999)
Apropriação de Juros	32.260
Saldo em 31 de março de 2026	**197.692**
Passivo circulante	44.006
Passivo não circulante	153.686

(i) Parte das adições do exercício ocorreu devido à transferência dos contratos da Aralco Generalco S.A., empresa do Grupo Aralco.

18 Fornecedores

	2026	2025
Fornecedores de cana	27.333	132.185
Fornecedores de bens e serviços	44.321	20.967
	71.653	**153.152**
Passivo circulante	*69.853*	*149.552*
Passivo não circulante	*1.800*	*3.600*

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa 31.

19 Impostos e contribuições a recolher

	2026	2025
IRPJ e CSLL	2.977	4.491
IRRF	1.092	847
COFINS	-	56
PIS	-	12
FUNRURAL	9.062	87.472
ISSQN	11	37
Outros	86	93
	13.228	**93.009**

20 Impostos parcelados

	2026	2025
Receita Estadual (ICMS) (i)	50.357	74.241
Impostos Municipais	44	335
Parcelamentos Excepcional – PGFN	1.405	1.612
	51.807	**76.188**
Passivo circulante	20.472	26.244
Passivo não circulante	31.335	49.944

(i) Em 19 de março de 2013, as Autoridades Fiscais do Estado de São Paulo aceitaram nosso requerimento de inclusão no Programa Especial de Parcelamento – PEP com o objetivo de pagar ICMS no Estado de São Paulo em 120 parcelas com 50% de redução de multas e 40% de redução de juros. O montante total do programa foi de R$ 182,9 milhões.

21 Salários e encargos sociais

	2026	2025
FGTS a recolher	7.257	7.299
INSS a recolher	14.485	10.346
Salários e encargos a pagar	6.897	6.062
Provisão para 13º salário e férias	18.924	12.232
Encargos sobre provisões	2.217	1.755
	49.779	**37.695**

22 Provisões para demandas judiciais

	Tributária	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de março de 2024	**-**	**10.892**	**6.727**	**17.619**
Provisões constituídas	-	-	-	-
Provisões revertidas	-	(4.384)	(440)	(4.824)
Saldo em 31 de março de 2025	**-**	**6.508**	**6.288**	**12.796**
Transferência	74.248	-	-	74.248
Provisões constituídas	-	2.737	-	2.737
Provisões revertidas	-	-	(93)	(93)
Saldo em 31 de março de 2026	**74.248**	**9.245**	**6.194**	**89.687**

Para as provisões apresentadas acima, existem depósitos judiciais que compõem o montante de R$ 3.370 (R$ 2.647 em 31 de março de 2025).

Em virtude das dificuldades econômicas enfrentadas pelo Grupo, foi pedida a Recuperação Judicial 1001985-03.2014.8.26.0032 em 28 de fevereiro de 2014.

Vários compromissos deixaram de ser honrados, motivando o ajuizamento de diversas medidas judiciais contra as empresas que compõem o grupo econômico, ocorrendo o surgimento de várias ações cíveis e judiciais.

Alguns parcelamentos de impostos não puderam ser cumpridos, aumentando o valor das contingências tributárias.

Ante as dificuldades econômicas, o Grupo promoveu uma significativa redução no quadro de funcionários, aumentando o número de reclamações trabalhistas.

Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Empresa não possui litígios decorrentes de ações trabalhistas, fiscais ou cíveis com probabilidade de perda considerada possível.

23 Adiantamento de clientes

	2026	2025
Adiantamento de clientes – açúcar	-	75.729
Adiantamento de clientes – etanol	303	5.154
Adiantamento de clientes – outros	623	558
	926	**81.441**

24 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Natureza dos tributos diferidos

Em 31 de março de 2026, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores-base:

	Saldo em 2024	Reconhecidos no resultado	Saldo em 2025	Reconhecidos no resultado	Saldo em 2026
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1	(1)	-	-	-
Provisões para demandas judiciais	205	(186)	19	60	79
Ativo biológico	(5.117)	5.002	(115)	115	-
Prejuízo fiscal e base negativa	1.208	(1.186)	22	41	63
Direito de uso (Efeito IFRS 16)	647	(233)	415	(242)	173
Imobilizado líquido – Custo atribuído	(1.754)	353	(1.402)	353	(1.049)
	(4.810)	3.748	(1.062)	327	(735)

A Companhia possui R$ 157.974 (R$ 165.108 em 2025) de bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais não reconhecidos em sua totalidade, em função da perspectiva de não realização dos referidos créditos.

a. Composição do imposto de renda e contribuição social do resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	2026	2025
Resultado contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	45.056	76.271
(-/+) Resultado da equivalência patrimonial	(8.491)	(4.351)
	36.565	71.921
Alíquota fiscal combinada – base de até 240 mil	24%	24%
Alíquota fiscal combinada – base acima de 240 mil	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(12.432)	(24.453)
Ajustes para a apuração da alíquota efetiva:		
Despesas indedutíveis e receitas não tributáveis	(27.369)	3.320
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal e base negativa	32.374	10.654
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	**(7.427)**	**(10.479)**
Alíquota efetiva	-16%	-14%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.754)	(14.227)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	327	3.748

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está representado por 37.393.112.348 ações ordinárias nominativas (5.193.112.348 em 31 de março de 2025), sem valor nominal, totalmente integralizado.

Em 31 de março de 2026, foram realizados aportes de capital com conversão de passivos de partes relacionadas no montante de R$ 322.000.000,00, respectivamente, totalizando aumento do capital social durante o exercício de 2026.

b. Ajustes de avaliação patrimonial

São compostos do efeito da adoção do custo atribuído ao ativo imobilizado pela Companhia em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, efeitos estes deduzidos do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vêm sendo realizados mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhes deram origem.

c. Reservas de incentivos fiscais

Constituída nos termos do Artigo 195-A da lei 6.404/76, a administração pode propor a destinação para a reserva de incentivos fiscais à parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do *caput* do artigo 202 da lei 6.404/76). A atual reserva de incentivos fiscais foi constituída com base no crédito outorgado do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) a produtores ou distribuidores de etanol hidratado combustível conforme decreto 67.121, de 26 de setembro de 2022.

Conforme descrito na Nota Explicativa 15, houve diluição da participação da Companhia em suas investidas, resultando no reconhecimento de perda em transação com acionistas no montante de R$ 6.125. Esse efeito decorre exclusivamente da reestruturação patrimonial realizada entre a Companhia e seus acionistas, não estando relacionado ao desempenho operacional das investidas.

d. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

e. Dividendos

Os acionistas têm direito a receber, como dividendo mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício ajustado. Neste exercício, a Administração da Companhia entende que a distribuição de dividendos é incompatível com a atual situação financeira da Companhia que está se soerguendo e, conforme descrito no artigo 202, § 4º, da lei 6.404/76, fica a cargo da Assembleia geral ordinária a deliberação final sobre esta proposta de distribuição dos lucros.

26 Gestão de capital

A política da Administração é manter uma base de capital sólida com o objetivo de manter a confiança dos investidores, credores e do mercado e manter o desenvolvimento futuro dos negócios. A Administração monitora o retorno do capital, que a Companhia define como resultado das atividades operacionais dividido pelo total do patrimônio líquido.

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como

otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante)	Maior ou igual a 1
De alavancagem financeira (*)	Maior que 1

(*) Se o grau de alavancagem financeira (GAF) for maior que 1,0, isso indica que a alavancagem será considerada favorável: o retorno do Ativo Total (conjunto de bens e direitos da Companhia, expressos em moeda) será razoavelmente maior que a remuneração paga ao capital de terceiros.

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	2026	2025
Ativo circulante	401.607	394.740
Passivo circulante	276.560	449.639
Índice de liquidez	**1,452**	**0,878**
Resultado do exercício	37.629	65.793
Patrimônio líquido	480.711	127.207
RPL (retorno sobre o patrimônio líquido)	0,078	0,517
Resultado do exercício	37.629	65.793
Ativo total	1.120.574	1.716.085
RAT (retorno sobre o ativo total)	0,034	0,038
GAF (grau de alavancagem financeira) RPL/RAT	2.331	13,490

27 Receita operacional líquida

As receitas operacionais da Companhia são compostas pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2026	2025
Açúcar	873.813	117.839
Etanol	162.564	109.973
Bagaço de cana	4.137	1.773
Diesel	1.808	13.638
Melaço de cana	63.231	-
Outras vendas	6.923	19.416
Receita bruta	1.112.475	262.639
(-) Impostos sobre vendas	(42.698)	(18.660)
(-) Devoluções e abatimentos	(2.459)	(57)
	1.067.318	**243.923**

28 Despesas operacionais por natureza

	2026	2025
Despesas com pessoal	115.236	17.765
Depreciação e amortização	61.948	62.588
Matéria-prima e consumíveis	497.673	9.993
Gastos com manufatura e outras	192.149	45.479
Despesa com comercialização, fretes, transbordos e armazenagens	87.457	3.217
Serviços prestados	7.759	14.390
Despesas tributárias	2.711	576
Mudança do valor justo do ativo biológico	11.196	14.711
(Reversão) provisões para demandas judiciais	2.643	(4.824)
Aluguéis e Locações	11	288
Outras despesas (receitas) operacionais	14.015	4.849
	992.798	**169.032**
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função		
Custo das vendas	845.976	130.073
Mudança no valor justo do ativo biológico (Nota 11)	11.196	14.711
Despesas com vendas	90.813	3.883
Despesas administrativas e gerais	44.813	20.365
	992.798	**169.032**

29 Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	2026	2025
Valor residual do ativo imobilizado – baixado	(44)	(738)
Receita do imobilizado vendido	1.028	937
Recuperação de benefícios de impostos (i)	21.241	21.927
Indenizações de seguros e judiciais	2.507	2.649
Compromissos recuperação judicial	(34)	-
Renovabio	113	6.884
Perda sobre outras operações (ii)	(42.930)	(18.125)
Bonificações e outros	4.239	1.783
	(13.880)	**15.317**

(i) Conforme parcelamento (*vide* nota explicativa 20), houve redução de débitos de impostos federais e previdenciários através da adesão à modalidade de transação excepcional do Programa de Retomada Fiscal do Ministério da Economia conforme (Portaria PGFN 2.381/2021).

(ii) Nos exercícios , a Companhia realizou operações de empréstimo de estoque de etanol entre empresas do mesmo grupo econômico, com finalidade de otimizar a gestão de recursos e atender à demanda operacional. Na devolução dos volumes emprestados, foi efetuada a apuração de eventual ganho ou perda, resultante da diferença entre os custos médios ponderados apurados nas datas de saída e de retorno do estoque.

30 Financeiras líquidas

	2026	2025
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	273	26
Juros sobre recebíveis	21.220	19.204
Variação monetária ativa	31	21
	21.524	**19.251**
Despesas financeiras		
Desconto concedidos	(11)	(80)
Juros sobre obrigações	(33.318)	(8.508)
Juros sobre tributos	(11.012)	(26.262)
Juros sobre recuperação judicial	(1.284)	(1.516)
Variação monetária passiva	(8)	(8)
	(45.634)	**(36.374)**
Variação cambial líquida		
Credores recuperação judicial	94	(1.365)
Clientes	(59)	200
	35	**(1.165)**
	(24.075)	**(18.288)**

31 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo seu nível de hierarquia do valor justo.

31 de março de 2026

	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	**Custo Amortizado**	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Aplicações financeiras	152.634	-	-	152.634	-	152.634	-	152.634
Partes relacionadas	58.839	-	-	58.839	-	58.839	-	58.839
	211.473	**-**	**-**	**211.473**	**-**	**211.473**	**-**	**211.473**
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	124	-	124	-	-	-	-
Contas a receber e outras contas a receber	-	89.654	-	89.654	-	-	-	-
	-	**89.778**	**-**	**89.778**	**-**	**-**	**-**	**-**
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Credores recuperação judicial	-	-	31.550	31.550	-	67.065	-	67.065
			31.550	**31.550**	**-**	67.065	**-**	67.065
Passivo financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	71.653	71.653	-	-	-	-
Outras obrigações	-	-	1.872	1.872	-	-	-	-
	-	**-**	**73.525**	**73.525**	**-**	**-**	**-**	**-**

b. Gestão de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

Os Acionistas e a Diretoria têm responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

O Conselho estabeleceu Comitês, os quais são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O comitê se reporta regularmente ao Conselho de Administração e à Diretoria sobre as suas atividades. São eles: Comitê Fiscal, de Auditoria, Financeiro, de Produção e de Recursos Humanos.

Os Comitês supervisionam como a Administração acompanha o cumprimento das políticas e dos procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e revisa a adequação da estrutura do gerenciamento em relação aos riscos enfrentados.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia adota como prática a análise das situações financeiras e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes às Contas a receber de clientes.

A administração dos valores em atraso há mais de 30 dias não incorre em perda por redução ao valor recuperável. Essas análises baseiam-se em um histórico de comportamento de pagamento e

em extensas análises dos riscos de crédito de seus respectivos clientes, incluindo avaliações de crédito de tais clientes, quando disponíveis.

Caixa e equivalentes de caixa
A Companhia detinha "Caixa e equivalentes de caixa" de R$ 152.758 em 31 de março de 2026 (R$ 210.100 em 31 de março de 2025).

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento deste risco é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando à mitigação deste tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda em vendas e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais, em sua grande maioria, o real (R$).

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo

desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises são discutidos entre o Comitê de Auditoria e a Alta Administração da Companhia.

Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2026	**2025**
Caixa e equivalentes de caixa	152.758	210.100
Contas a receber de clientes	89.654	21.570
Partes relacionadas	58.839	700.292
Outros créditos	2.387	3.319
	303.638	**935.281**

Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco.

Os vencimentos do contas a receber de clientes foram:

	2026	**2025**
A vencer	89.825	21.551
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	113	137
Acima de 181 dias	-	-
	89.938	**21.688**
(-) Vendas para entrega futura	(166)	-
(-) Provisão para perda de crédito esperada	(118)	(118)
	89.654	**21.570**

Risco de liquidez

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2026					
	Valor contratual	**Valor contábil**	**Até 1 ano**	**1 - 2 anos**	**2 - 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Passivos						
Fornecedores	71.653	71.653	69.853	1.800	-	-
Credores recuperação judicial	67.065	31.550	3.365	6.747	10.120	46.834
Outras contas a pagar	1.872	1.872	1.280	593	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em valores diferentes.

Risco cambial

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir:

	2026		2025	
	USD Mil	**R$**	**USD Mil**	**R$**
Credores recuperação judicial	-	-	60	342
Exposição líquida	**-**	**-**	**60**	**342**

Análise de sensibilidade

A Companhia não apresenta a análise de sensibilidade para exposição ao risco cambial por considerar que os valores são irrelevantes.

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era o seguinte:

Risco de taxa sobre ativos e passivos financeiros – Apreciação das taxas

			Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%	
Instrumentos	**Exposição 2026**	**Risco**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**
Credores recuperação judicial	(29.455)	Aumento TR + 3%	5,03	(1.482)	6,29	(1.852)	7,55	(2.222)
Total dos passivos financeiros	(29.455)			(1.482)		(1.852)		(2.222)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						**(370)**		**(741)**

Risco de taxa sobre ativos e passivos financeiros – Depreciação das taxas

			Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
Instrumentos	**Exposição 2026**	**Risco**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**	**Valor**
Credores recuperação judicial	(29.455)	Diminuição TR + 3%	5,03	(1.482)	3,77	(1.111)	2,52	(741)
Total dos passivos financeiros	(29.455)			(1.482)		(1.111)		(741)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						**370**		**741**

32 Compromissos de compra

As companhias Aralco Aracanguá S.A.; Aralco Figueira S.A.; Aralco Generalco S.A.; e Aralco Alcoazul S.A. possuem diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos exercícios de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pelas companhias será determinada ao término de cada exercício de colheita, de acordo com a sistemática de pagamento de cana-de-açúcar adotada pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – CONSECANA. O volume compromissado pelas companhias com fornecedores é de 2.787.200 toneladas de cana na safra.

33 Credores recuperação judicial

Pedido de recuperação judicial

Em 28 de fevereiro de 2014, considerando a crise de liquidez que o mercado mundial sofreu e a consequente desvalorização do real frente ao dólar, a Controladora Aralco Aracanguá S.A. e suas controladas (englobando a Aralco Figueira S.A.) sofreram um aumento substancial de seus passivos indexados àquela moeda e optaram por ingressar com o pedido de recuperação judicial nos termos da lei 11.101/2005, aprovado segundo a Assembleia Geral Extraordinária de 8 de dezembro de 2014 e deferido judicialmente em 21 de janeiro de 2015.

O Plano de Recuperação tem o objetivo de permitir ao Grupo Aralco superar sua crise econômico-financeira e atender aos interesses dos Credores, estabelecendo a fonte de recursos e uma estrutura de pagamento de seus Créditos.

O Grupo Aralco apresentou seu Plano de Recuperação Judicial inicial na primeira Assembleia de Credores em 19 de novembro de 2014, e posteriormente foram realizadas outras assembleias em 26 de novembro e 3 de dezembro, e apresentado ao juízo em 4 de dezembro, cumprindo-se o requisito de publicidade; o Plano teve algumas alterações solicitadas por seus credores e, em 8 de dezembro de 2014, o Plano de Recuperação Judicial final foi aprovado pelos seus credores em Assembleia. Foi homologado pela juíza Sônia Cavalcante Pessoa da Segunda Vara Civil da Comarca de Araçatuba, sob processo número 1001985-03.2014.8.26.0032.

Em decorrência do pedido de recuperação judicial realizado pelo Grupo em 28 de fevereiro de 2014, foram reclassificados para a rubrica de credores recuperação judicial e classificados de acordo com o plano de recuperação judicial:

Classes de credores	Valor contábil 2026	Valor contábil 2025	Período de amortização 2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 a 2040	2041	2042	2043
Trabalhistas	-	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	1.051	1.089	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.051
Fornecedores de cana e Credores estratégicos agrícolas	1.044	1.050	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.044
Quirografários	29.455	32.674	1.583	1.583	1.583	1.353	.1.124	1.124	8.988	4.039	4.039	4.039
	31.550	**34.834**										
Passivo circulante	1.583	6.939										
Passivo não circulante	29.967	27.895										
Créditos RJ – Conversíveis em capital												
Intervenientes garantes	26.563	29.799										
Valores não habilitados (*)	12.591	12.591										
Passivo não circulante	**39.155**	**42.390**										

Movimentação de Recuperação Judicial

Classes de credores	Valor contábil 2025	Adições Principal	Juros	Transferência de classe	Variação Cambial	Baixas Principal	Juros	Transferência de classe	Valor contábil 2026
Trabalhistas	21	-	-	-	-	(21)	-	-	-
Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	1.089	-	7	-	-	(44)	-	-	1.051
Fornecedores de cana e Credores estratégicos agrícolas	1.050	-	(6)	-	-	-	-	-	1.044
Quirografários	32.674	-	1.284	-	(94)	(2.620)	-	(1.789)	29.455
Intervenientes e garantes	29.799	-	-	-	-	(5.025)	-	1.789	26.563
Valores não habilitados (*)	12.591	-	-	-	-	-	-	-	12.591
	77.224	**-**	**1.284**	**-**	**(94)**	**(7.710)**	**-**	**-**	**70.704**
Passivo circulante	6.939								1.583
Passivo não circulante	27.895								29.967
Passivo não circulante – Créditos conversíveis	42.390								39.155

(*) Os valores não habilitados referem-se a saldos de créditos contabilizados e que não foram objeto de habilitação junto ao plano de recuperação judicial. Tais valores ficaram pendentes na contabilidade aguardando mediação junto aos credores.

O Grupo Aralco, diante das condições de desembolso financeiro baseado no Plano de Recuperação Judicial, e visando eliminar a exigência de captação específica do investidor Sucres et Denrées S.A., ou terceiro por ele indicado, assumindo controle na gestão financeira para cumprimento do Plano, instaurou Assembleia Geral dos Credores, na qual foi apresentada sugestão do Novo Plano de Recuperação Judicial para soerguer novamente a empresa, sendo a intenção do Novo Plano permitir o pagamento dos credores de maneira mais ágil.

Em continuidade, o Grupo vinha tentando homologar seu Novo Plano e, em 4 de junho de 2019, foi finalmente levado à votação e devidamente aprovado pelos credores o Novo Plano de Recuperação, com os seguintes percentuais das classes:

- Trabalhista: 91,75% (% de participantes/cabeça) – não se aplica % de crédito;
- Garantia Real: 100,00% (% de participantes/cabeça) e 100,00% (% de crédito);
- Quirografário: 91,85% (% de participantes/cabeça) e 84,66% (% de crédito); e
- ME-EPP: 97,94% (% de participantes/cabeça) – não se aplica % de crédito.

Importante salientar que, no Novo Plano de Recuperação Judicial, não há mais a necessidade de captação dos recursos do investidor Sucres et Denrées S.A., ou de terceiro por ele indicado, e a Companhia assumiu que honraria os compromissos assumidos com todos os Credores. Ainda, poderá contratar financiamentos ou injeções de recursos em outras modalidades com quaisquer pessoas ou entidades, Credores ou não, bem como poderá oferecer em garantia de tais financiamentos quaisquer bens de sua propriedade. Ainda em Assembleia, foi aprovado que, mediante o pagamento total de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) pelos Intervenientes Garantes, aos Credores Quirografários, Credores Quirografários Colaboradores I e Credores com Garantia Real, os saldos remanescentes dos Créditos auferidos após os pagamentos realizados na forma do Novo Plano serão cedidos aos Intervenientes Garantes, que converterão em participação societária de quaisquer das sociedades que compõem o Grupo.

Ato contínuo, em 11 de julho de 2019, foi homologado o Novo Plano de Recuperação Judicial do Grupo, o qual, no entanto, teve seus efeitos suspensos por liminar, e finalmente, em 19 de agosto de 2020, foram proferidos os Acórdãos por meio dos quais o TJSP negou provimento aos agravos de instrumento interpostos pelo Bancos Bradesco, Pine e BIC, mantendo-se a homologação do Novo Plano de Recuperação Judicial do Grupo. Assim, o Grupo já iniciou o pagamento dos credores que não haviam realizado as tratativas individuais, nos moldes do Novo Plano aprovado e agora homologado. Assim, todos os credores já estão recebendo seus créditos homologados no quadro geral de credores.

Considerando a comprovação de cumprimento de todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado, e a continuidade dos negócios, em 23 de fevereiro de 2023, o Grupo Aralco apresentou pedido requerendo o encerramento da recuperação judicial, obtendo parecer favorável do Ministério Público e Administrador Judicial. A sentença de encerramento da recuperação judicial foi proferida em 1º de dezembro de 2023, e a certificação do trânsito em julgado em 15 de agosto de 2024.

Atualmente a Companhia e as demais empresas do Grupo Aralco já não se encontram em Recuperação Judicial, visto o encerramento do processo, mantendo apenas os valores passivos registrados nesta rubrica, que serão liquidados conforme seus respectivos vencimentos até o ano de 2043. Tais saldos encontram-se aderentes a parâmetros sustentáveis de geração de caixa do Grupo, preservando a saúde financeira e a continuidade das operações.

34 Eventos subsequentes

a. Aumento de Capital

Em 15 de abril de 2026, foram realizados aportes de capital com conversão de passivos de partes relacionadas no montante de R$ 11.000 (onze milhões de reais).

..*